
ATA Nº 1

1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2024

29 DE JANEIRO DE 2024

----- Aos vinte e nove dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e quarenta minutos, no Centro de Formação do Belo Jardim, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na primeira sessão extraordinária do ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

-----Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD, Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Lucília de Fátima Toste Ávila - CDS-PP em substituição de Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Sandra Isabel Ávila Galvão - PPD/PSD em substituição de Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem - PS, Eulália Ferreira Toste Leal - PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Ricardo António Ferraz da Rosa - PS em substituição de Valter Manuel Linhares Peres - PS, Nuno Miguel da Silva Santos - PS em substituição de Carina Marlene Pires Dias - PS, Simão Pedro Meneses Fonseca - PS, Daniela Leal de Andrade - PS, José Adriano Meneses Laranjo - PS, José Manuel de Aguiar Paim - PS, Rita Lemos Borges - GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

-----Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD, Valter Manuel Linhares Peres - PS, Carina Marlene Pires Dias - PS, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia e Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás. -----

----- À presente reunião apresentaram justificações de falta e pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros: -----

----- Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PPD/PSD, Valter Manuel Linhares Peres – PS, Carina Marlene Pires Dias – PS, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca – PS, Joana Ávila Machado – PS e Ana Cristina Pereira da Rocha – CDS-PP. -----

----- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, sendo consideradas faltas injustificadas, os seguintes membros: -----
----- Daniela Filipa Arruda Medeiros – PS, Fábio Manuel Ávila Valadão – PS e Mónica Andreia Simões Brum – PS.-----

----- Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----
----- Ricky Joe Baptista, Paula Cristina Borges de Sousa, Oflia Maria de Sousa Martins, Marco Euclides Lemos Martins, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira e Leila Meneses Dinis. -----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal: -----
----- Berto José Branco Messias, Pedro Jorge Mendes Machado, Nuno Miguel Leal Ribeiro e Isménia Carvalho Landeiro Alves. -----

----- **O Sr. Presidente da Mesa** informou que, pelo facto de faltar o 1.º secretário, e como previa o regimento, este era substituído pelo 2.º secretário, tinha que ser eleito um membro da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. O Sr. Presidente da Mesa questionou os Membros da Assembleia se alguém propunha candidatar-se ao lugar de 2.º Secretário. O Grupo do Partido Social Democrata propôs o nome de Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira. Como não houve mais nenhum membro que se apresentasse a sufrágio, procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada vinte e oito boletins de voto na urna, tantos quantos os membros presentes na Assembleia nessa altura, tendo pois, o referido membro, sido eleito por maioria, com vinte e seis votos sim e dois em branco, tomando desde logo o seu lugar na Mesa. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----
----- Sem intervenções.-----

-----**2. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO MAPA «DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL» DE 2023;**-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

-----**Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

-----**Dezassete votos a favor, nomeadamente:**-----

-----**Doze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Sandra Isabel Ávila Galvão, João Paulo Rocha Ávila, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira, Filipe Barcelos Rocha, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Aqualva, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins;-----

-----**Três do CDS-PP** - Lucília de Fátima Toste Ávila, Diana Maria Nunes Simões e Valdemar Manuel Dias Toste;-----

-----**Dois do PS** – António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova.-----

-----**Onze abstenções, nomeadamente:**-----

-----**Nove do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt, Ricardo António Ferraz da Rosa, Nuno Miguel da Silva Santos, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulália Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca.-----

-----**Duas do GCE** - Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges.-----

-----**3. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO N.º 1 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E REVISÃO N.º 1 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA DE 2024;**-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

-----**A Deputada Maria de Fátima Homem** questionou em que consistia o apoio à Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, previsto no reforço da rubrica de apoio dos cento e trinta e quatro mil e cem euros.-----

-----**O Deputado Bruno Borges** iniciou a sua intervenção dando os parabéns pelo mapa apresentado, com as diferenças de um orçamento para o outro. De seguida, e relativamente ao número três, do artigo trinta e cinco, da Lei setenta e três, de dois mil e treze disse não conseguir perceber como conseguiram dividir o mesmo em cinquenta por cento em parte capital e cinquenta por cento em parte corrente, uma vez que na lei dizia que só podia ser utilizado em capital, por isso, solicitou uma explicação para tal.-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal** respondeu à Deputada Maria de Fátima Homem dizendo que o valor anual em causa tinha como finalidade assumir o diferencial das vagas que não estavam protocoladas com a Vice-Presidência. Relativamente ao Deputado Bruno Borges, disse que ia pedir aos serviços a respetiva justificação, pois era

uma situação muito técnica e o que lhe tinha sido dito era que havia o cumprimento total da lei. -----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse que, efetivamente as transferências do Orçamento de Estado tinham permitido algum desafogo ao município da Praia da Vitória, que, por sua vez, permitia que algumas rubricas fossem contempladas com um reforço de verbas e, de certa forma, um maior desenvolvimento do concelho. No entanto, lamentavam que o valor, proveniente do PRR, para recuperação de habitações, não fosse maior. Relembrou que aquele tinha sido um dos pontos que tinha sido levado, insistentemente, pelos vereadores do PS com assento na Câmara Municipal da Praia da Vitória, para que esta tivesse aquela situação em atenção. Informou que lamentavam a demora do executivo a pôr em prática aquela candidatura, uma vez que no concelho vizinho já se começava a vislumbrar resultado da aplicação daqueles fundos. Por fim, e tendo em conta o referido, informou que a bancada do PS se ia abster naquela votação. --

----- **O Deputado Bruno Borges** disse ficar a aguardar o respetivo esclarecimento, para permitir que pudesse votar aquele ponto em consciência. De seguida, questionou o porquê do caminho da amortização.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** informou que iam entregar um requerimento à Mesa a solicitar cópia do contrato programa entre a Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Bruno Borges dizendo que, apesar do mesmo ser distribuído por todos os presentes, ia ler o que lhes tinha sido enviado, de modo a esclarecer a sua questão: *“De acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 52.º da Lei do Orçamento de Estado de 2024, - «Excecionalmente, o montante distribuído para efeitos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2023, de 3 de setembro, assume em 50 % a natureza de transferência corrente.» Assim, uma vez que a repartição do Excedente, em receita corrente e de capital, resulta de normativo legal aprovado, o órgão executivo da autarquia pode recorrer a uma alteração orçamental para inscrição da verba do novo Fundo do OE, dando conhecimento ao órgão deliberativo, na sua próxima reunião.”* Relativamente às amortizações, disse que estas não eram uma escolha do executivo, mas sim uma imposição de todas as contratualizações que estavam feitas com as entidades bancárias. Quanto às lamentações do Deputado José Laranjo, referiu que também lamentava e que se a candidatura tinha sido tardia, devia-se ao facto de até à chegada daquele executivo a avaliação ser muito superior a quatro milhões e cem mil euros, pois albergava aquilo que os Srs. do PS diziam que estava no mesmo molhe, mas o que tinham feito era o apuramento do património daquilo que estava registado no município para efeitos de candidatura, porque esta era feita em nome deste. Repetiu que, desde o momento que conseguissem fazer escrituras para regularizar os imóveis e que eles passassem a constar do património do município, dentro daquilo que era a estratégia local de habitação, podiam fazer uma revisão de seis em seis meses e, ao conseguir fazê-lo, iam habilitar aquele património para que durante o corrente ano ainda se conseguisse gerar algum tipo de apoio para o mesmo. Concluiu, dizendo lamentar que na preparação daquela

candidatura não tivessem feito todo aquele reconhecimento e não tivessem trabalhado para a regularização de todo aquele património. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio para agradecer e louvar a Câmara Municipal, porque dentro de uma das iniciativas que tinham tido com a atribuição daquele 1º Direito, tinha sido reunir com as juntas de freguesia, pedindo a sua colaboração para que se conseguisse que os privados se candidatassem àqueles apoios. Disse que era de lamentar que o PS continuasse a usar aquela situação como se fosse bandeira eleitoral, quando era exatamente o contrário e quando as coisas eram feitas com rigor é que se via qual o comportamento que o PS queria ter na Praia da Vitória e era esse que se devia avaliar. -----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e questionou, tendo por base a explicação dada pela Sra. Presidente, o porquê de não se avançar mais cedo, sendo que de seis em seis meses poderia ser reavaliado, permitindo, assim, que uma parte, quer fosse do município, quer fosse de privados, já pudesse estar em andamento. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado José Laranjo dizendo que este não tinha percebido, por isso voltou a explicar. Repetiu dizendo que a avaliação e na submissão ao Programa 1º Direito, tinham sido contemplados com quatro pontos um milhão de euros, isso mediante o património que estava registado em nome do município. Disse que uma das regras era que, desde que houvesse a submissão, podiam apresentar uma revisão de seis em seis meses e enquanto não tivessem a regularização de todo o património não podiam candidatar. Relembrou que tinham avaliado como se tudo fizesse parte do município, mas apesar das responsabilidades serem municipais, não havia documentação fidedigna que comprovasse que aquele património pertencia ao município. Informou que tudo o vinham a fazer era no sentido de desbloquear toda aquela situação e que o compromisso era dar seguimento ao processo de internalização, pois era preciso uniformizar tudo. Disse ser engraçado falar do concelho vizinho, mas para se fazer uma comparação, tinham que estar em pé de igualdade e não era esse o caso. Informou que, a breve trecho, podiam ter aquela situação resolvida, se assim o entendessem, se entendessem que aquele era o caminho e votassem favoravelmente. Referiu que, não batia certo o que a bancada do PS dizia, com o que votavam, ou seja, achavam que devia estar resolvido, mas não apoiavam as decisões que eram para bem de todos e, principalmente na defesa do património municipal. Concluiu dizendo que a candidatura em causa tinha sido feita com o máximo rigor e que se não a tivessem revisto, ponto a ponto, tinha sido inviabilizada. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e disse que tinha ficado baralhado com a explicação da Sra. Presidente em relação à amortização, isto porque, em dezembro de dois mil e vinte e três aprovaram um orçamento para dois mil e vinte e quatro, onde não havia aquele excedente de valor e o município da Praia da Vitória conseguia atuar durante esse ano, liquidar e fazer fase às suas necessidades. De seguida, questionou se, de dezembro até àquele dia, tinha havido necessidade alguma negociação com a Banca daquilo que existia, alguma imposição para haver aquela amortização extra daqueles valores, porque se assim fosse até compreendia e queria perceber quais eram essas

imposições para se fazer aquela liquidação. Concluiu questionando se era alguma imposição ou se era opção amortizar. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu o Deputado Bruno Borges dizendo que tinham estado a votar o orçamento do município, que os valores a transitar eram das entidades que tinha referido anteriormente, ou seja, valores que o município assumia, que mediante todo o trabalho que estava a ser desenvolvido para o acolhimento dessas entidades e terminar o assunto de uma vez por todas, tinham que o fazer e assumir essas responsabilidades que estavam a transitar com as mesmas. Informou que aquele um ponto sete era referente a valores anuais relativos às contratualizações que estavam feitas entre aquelas três entidades e entidades bancárias, por isso, não podiam deixar de pagar. -----

----- **A Deputada Diana Simões**, relativamente à candidatura ao 1º Direito, disse que aquela tinha sido mais uma forma do PS tentar resolver situações que no fundo não estavam diretamente relacionadas com a Câmara. Disse ser importante terem um levantamento dos edifícios pertencentes à Câmara e de todos aqueles que estavam a precisar de reabilitação, mas que não se encontravam em nome da mesma. Referiu que era igualmente importante terem a noção do que eram os particulares, ou seja, quando se referiam a estes, estavam a falar de todos os cidadãos que viviam em condições, apesar de serem donos da suas próprias casas, mais degradantes e que não tinham oportunidade de ir à Banca fazer um levantamento para voltar a dar condições às suas habitações. De seguida, questionou, sabendo que a candidatura ao 1º Direito já tinha sido submetida, quando é que ela começava a ser executada, isto para todos os edifícios camarários. -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** congratulou-se com o esclarecimento dado pela Sra. Presidente, pois este tinha esclarecido as dúvidas dos presentes e, principalmente as dúvidas dos munícipes que assistiam através de casa e que, depois, podiam transmitir essa informação a outros. Acrescentou que, em nome da bancada do PSD, se congratulava que a Câmara estivesse a fazer um esforço muito significativo para regularizar toda a situação proveniente dos anteriores executivos. De seguida, disse ao Deputado José Laranjo que também gostava que o valor fosse maior, porque aquele valor não resolvia todas as situações do concelho, mas que não se deviam comparar com os outros concelhos, porque cada um tinha a sua realidade muito específica. Concluiu dizendo que, apesar de todos os constrangimentos que a Câmara teve de enfrentar, finalmente tinha conseguido aumentar significativamente os apoios às instituições e juntas de freguesia do concelho, o que os deixava satisfeitos, pois era sinal de que estavam no bom caminho e, por isso, iam votar favoravelmente o voto em discussão. ----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e disse não fazer sentido o que a Sra. Presidente tinha explicado, isto porque o orçamento municipal para dois mil e vinte e quatro englobava aquelas transferências para fazer fase a tudo aquilo e o valor de que estavam a falar era um extra, tanto que a Sra. Presidente tinha concordado na altura e tinha dito na comunicação social que tinham capacidade para fazer investimento e, naquele momento, revertia-se, por isso, não conseguia entender o porquê de se dizer que ia pagar mais porque ia internalizar. Posto isso, disse que só ia haver amortização por opção ou então por haver alguma imposição derivada da renegociação, caso contrário

não havia necessidade, porque o orçamento aprovado em dezembro de dois mil e vinte e três contemplava todas as necessidades do município, inclusive as transferências para as empresas associadas a este e esses valores faziam fase às necessidades dessas empresas para o ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem**, relativamente ao assunto da habitação, disse que a bancada do PS não queria assumir protagonismo naquela situação, mas queriam alertar para o facto da candidatura ao 1º Direito ter chegado tardiamente, ou seja, percebia-se a parte do município, mas questionava se os particulares também estavam todos com as suas habitações ilegais/todos irregularizados. Disse concordar que não se podiam comparar ao município de Angra, porque eram duas realidades completamente diferentes, mas então que se comparassem ao município de Vila Franca do Campo, que tinha metade da população da Praia da Vitória, aproximadamente, e tinha tido o dobro de valor de candidatura. Por fim, alertou para o facto de aquela candidatura ter um prazo de execução curto, de seis em seis meses estavam e bem a fazer uma reavaliação/ajuste, mas que não se esquecessem de a executar, porque aí perdiam-se os apoios.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu à Deputada Maria de Fátima Homem dizendo que aquele assunto podia ter sido referenciado na passagem de pasta, coisa que não tinha acontecido, tal como não tinha sido apresentado ao público, nem se tinha pedido a colaboração das juntas de freguesia, pois se tudo isso tivesse sido feito, bem como o reconhecimento do que estava mal, talvez já o tivessem a executar. Informou que, já estavam a trabalhar e a prestar apoio a vários privados que tinham, através das juntas de freguesia, as informações de como a candidatura ia decorrer, bem como às juntas de freguesia relativamente às suas habitações. Disse que, da parte da Câmara, aquelas que eram as situações sinalizadas e trabalhadas para submissão, estavam na fase de projeto e tudo indicava que muito em breve iam conseguir submeter as mesmas. Referiu que as reavaliações, feitas de seis em seis meses, permitiam circular o plafom mediante as situações que iam aparecendo e era esse o compromisso. Relativamente ao Deputado Bruno Borges, respondeu que da sua parte não havia nenhum tipo de confusão e até nas matérias que traziam àquele órgão, expunham sempre toda a necessidade dar continuidade ao processo de internalização e o que isso acarretava, inclusive obrigava a deliberações, deliberações estas que eram ali presentes para serem devidamente tomadas. Relembrou que em novembro tinham feito deliberações extremamente importantes para dar seguimento à internalização, mas o orçamento era trabalhado em setembro, ou seja, tinham que ter em atenção que aquelas deliberações tinham que bater certo com as datas da execução daquele documento, por isso, tinha dito que ao longo do corrente ano iam fazer várias revisões, mediante essas mesmas deliberações e era isso que estavam ali a fazer. Concluiu, esclarecendo que aqueles que eram valores referentes à Cooperativa Praia Cultural, à Praia em Movimento e à Sociedade, bem como até à situação parcial da Praia Ambiente que pretendiam internalizar, já tinham discutido e votado naquele órgão, mas isso vinha associado a uma despesa de um ponto sete que tinha que estar devidamente acautelada no orçamento municipal. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezasseis votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Sandra Isabel Ávila Galvão, João Paulo Rocha Ávila, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira, Filipe Barcelos Rocha, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Aigualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins; -----

----- **Três do CDS-PP** - Lucília de Fátima Toste Ávila, Diana Maria Nunes Simões e Valdemar Manuel Dias Toste; -----

----- **Onze abstenções do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt, Ricardo António Ferraz da Rosa, Nuno Miguel da Silva Santos, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulália Ferreira Toste Leal, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- **Dois votos contra do GCE** - Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “O GCE votou contra e as razões têm a ver com tudo aquilo que foi transmitido anteriormente e acrescentar que fica a olhos vistos, na nossa opinião, que vamos deixar passar o momento em que podia haver alguma viragem no concelho da Praia da Vitória, com a possibilidade de investimento, porque tudo aquilo que estava orçamentado tinha a possibilidade de ser executável sem estes valores extra e vamos deixar de fazer este investimento que tanto o concelho da Praia precisa.” -----

----- **O Deputado José Laranjo** solicitou à Mesa que a sua primeira intervenção fosse considerada como declaração de voto, por se terem absterido na votação, o qual foi aceite. -----

----- **4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DIMINUIÇÃO DO VALOR DE 1.369.300,00 € (UM MILHÃO TREZENTOS E SESSENTA E NOVE MIL E TREZENTOS EUROS) NO VALOR TOTAL ATRIBUÍDO PELO CONTRATO-PROGRAMA Nº 17/GERAL/2023;**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Diana Simões** questionou a quantos funcionários aquela verba correspondia.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que correspondia à totalidade dos funcionários. -----

----- **O Deputado Vasco Lima** questionou se todos os funcionários que atualmente trabalhavam na cultura, se iam manter nessa área na Câmara Municipal.-----

----- **A Deputada Rita Borges** questionou a que ia fazer fase aquele valor e disse que, mais uma vez, ficava provado que, afinal, havia verba a restar. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Vasco Lima dizendo que a cultura tinha uma divisão/um departamento que tinha que continuar a existir e com as pessoas com vínculo a ele. Relativamente à questão colocada pela Deputada Rita Borges, disse que aquela revisão em baixa vinha mostrar a forma clara e transparente como se estava a proceder com todo aquele processo. Acrescentou que, seria leviano, se acautelassem valor na Câmara Municipal para assumir aquela transição e mantivessem valor na Cooperativa. Disse que tinham que acautelar aquela transição e se sobrasse seria na Cooperativa, porque pretendiam fazer aquela transição o quanto antes e, desde o momento que sobrasse, apresentariam nova revisão em baixa para que o contrato programa ficasse a zeros, porque ao transitarem todos para a Câmara, não tinham que sustentar a Cooperativa Praia Cultural. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** questionou se, estando concluído o processo de internalização, aqueles contratos programas desapareciam e a Câmara deixava de ter qualquer responsabilidade na Cooperativa Praia Cultural e o que resultava, em termos de consistência, para a mesma com o seu desaparecimento. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que até conseguirem fazer a dissolução integral havia um processo pelo meio, que era tudo aquilo que estavam a trabalhar. Disse que estar tudo terminado, desde a extinção até à sua total dissolução, havia aquele intervalo de tempo em que tinham que tratar de todos aqueles procedimentos. Informou que, com a atividade, os funcionários, as responsabilidades bancárias e o património para a esfera municipal, ficavam com a Cooperativa Praia Cultural completamente dissolvida e era isso que pretendiam a breve trecho. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **5. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DOS EMPRÉSTIMOS DA PRAIA CULTURAL, PRAIA AMBIENTE, PRAIA EM MOVIMENTO E SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRAIA DA VITÓRIA (SDCPV) A FAVOR DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA;** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** questionou, no caso concreto da Praia em Movimento, qual o propósito dos empréstimos feitos. -----

----- **A Deputada Diana Simões**, em nome da bancada do CDS-PP, deu os parabéns à Câmara por estar a dar um passo em frente, ou seja, internalizar a dívida e assumir o que era da Câmara, porque no fundo o que vinham a falar era das artimanhas e jogos feitos pelo PS, com dinheiro público. Confessou ter achado interessante que os vereadores do PS tivessem votado a favor da referida internalização, uma vez que, ao longo dos anos em que ali estavam só tinham empurrado para a frente e dito que não e, no fundo, deixar rolar. Concluiu lembrando que aquele problema já vinha de há muitos anos e que nunca tinha tido um fim porque o PS não quis. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** informou a Deputada Diana Simões que esta devia estar um pouco errada nas suas observações, até porque o assunto em causa tinha sido iniciado pelo PS, tinham sido a favor da internalização e as coisas tinham que ser faladas corretamente. Referiu que tinham plena consciência de que aqueles assuntos tinham que ser tratados ali, por isso os votos a favor daquela bancada e não tinham qualquer pergunta sobre o ponto em causa porque sabiam exatamente o que se estava a tratar e era escusado fazer a Sra. Presidente explanar, repetidamente, o assunto, uma vez que tinham toda a documentação sobre o mesmo. -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** esclareceu que as questões colocadas, em parte, eram dirigidas a quem estava em casa a assistir àquelas sessões e não tinha acesso à documentação que os presentes tinham. Relativamente ao processo de internalização, lembrou que era certo que o PS tinha dado início ao mesmo, porque o Tribunal de Contas a isso tinha exigido, mas ou por falta de vontade política, ou por falta de competência, tinham deixado o caso rolar e o certo era que aquele executivo tinha levado o processo a cabo e a diferença estava aí. -----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse que, na Assembleia realizada nas Fontinhas no ano passado, tinha sido sugerido pela bancada do PSD que fizessem um pacto, ou seja, que se deixasse de falar no passado, mas até à data ainda não tinham visto outra coisa que não aquela troca de acusações ao invés de se olhar para o futuro. Acrescentou que sempre tinham assumido o que tinham feito de mal e os resultados estavam à vista, por isso tinham perdido as últimas eleições autárquicas, mas usar aquele tipo de expressões e armarem-se em salvadores da pátria, para quem tinha telhados de vidro, não deviam atirar pedras aos outros. Lembrou que a comparação com o concelho vizinho tinha sido iniciada no mandato anterior pelo PSD, por isso, ou eram coerentes ou, muitas vezes, mais valia estar-se calado. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** disse que acusar o PSD da Praia da Vitória de empurrar com a barriga para a frente, não só era desonesto como era injusto, porque nos últimos três anos tinham sido altamente penalizados, do ponto de vista popular, pelas ações corretivas necessárias, do ponto de vista financeiro, tomadas pelo executivo e essa era a grande diferente entre quem governou e quem governava. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** questionou se a internalização dos empréstimos na Câmara ia permitir que alguns fossem juntos, ou renegociados e se podia haver alguma poupança. Concluiu dizendo corroborar da opinião do GCE quanto à necessidade de investimento, mas achava que o principal investimento era o pagamento das dívidas e questionou se aquele alívio ia permitir saldar parte desta. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu à Deputada Maria Judite Parreira dizendo que aqueles empréstimos tinham sido feitos de diversas formas, com justificações de situações que não eram propriamente imóveis. Relativamente ao Deputado Hélio Rocha, disse que a proposta em causa era um passo essencial para rumarem à estabilidade que precisavam e repetiu que após aquela sessão iam entrar em contato com todas as entidades bancárias para procederem às alterações dos contratos, depois encaminhariam para o Tribunal de Contas e, mediante a validação deste, avançariam para a Direção Geral das Autarquias Locais para que fosse feita a

certificação correta, com o fecho de contas de vinte e três que também estava a ser trabalhado de forma acelerada, para que não se perdesse tempo e se apresentasse a submissão do plano de ajustamento municipal ao fundo de apoio municipal. Acrescentou que, a partir disso e com a liquidação de muitos compromissos que tinham, estavam expectantes numa folga que ia permitir sair do desafogo que estavam a viver, para poderem ser mais solidários com as instituições, com as juntas de freguesia e com as entidades cooperantes. Concluiu dizendo que, necessitavam muito que todo aquele processo terminasse da forma expectável, com a submissão ao fundo de apoio municipal, pois se tivessem acesso a este iam ter a oportunidade de liquidar tudo e poder sentir o reflexo da poupança, pois o valor de contratualização ia ser muito abaixo do que o das entidades bancárias e, efetivamente, durante o corrente ano tinham que conseguir fazer aquela submissão e ter aquele processo encerrado. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À NOTA JUSTIFICATIVA REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL 2024, DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 29º LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DOS AÇORES E A CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **8. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO N.º 07/2023-FS/SRATC, DA SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DO TRIBUNAL DE CONTAS, RELATIVO À “AUDITORIA À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PELO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA (APURAMENTO DE RESPONSABILIDADE FINANCEIRA).** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse que quem lia o documento apresentado, percebia que tinha havido uma necessidade de assumir uma coisa que poderia ter sido motivo de sanção e era preciso elogiar quem tinha, em dezembro, dado aquele passo pessoal para resolver um problema que nem era daquele executivo. -----

----- **O Deputado José Laranjo** disse que era curioso ouvir que tinham empurrado com a barriga para a frente aquele processo, quando tinham tomado uma decisão semelhante para que o processo não fosse revertido. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** confessou que não estava presente naquela altura, mas que alertava para o facto da comunicação da infração ter sido feita pelo executivo e

até à data não tinha lido, sobre aquele executivo, nenhum outro tipo de infração, coisa que já não podia dizer sobre os executivos do PS. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **9. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO Nº 05/2023-FS/SRATC, DA SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DO TRIBUNAL DE CONTAS, RELATIVO À “AUDITORIA À PREVENÇÃO DE RISCOS SÍSMICOS NAS OBRAS PÚBLICAS REALIZADAS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES).** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **10. RENOVAÇÃO DE MANDATO/NOMEAÇÃO DE CIDADÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** propôs a renovação do mandato da cidadã Maura Filipa Pereira Branco. Não havendo mais nenhum nome, procedeu-se à votação.-----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta foi aprovada com vinte e cinco votos a favor, quatro votos em branco e um voto nulo.**-----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:**-----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram onze horas e cinquenta minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da primeira sessão extraordinária do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.-----

Ass: _____

Ass: _____